



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E EJA NA BAHIA

Maria Cláudia Meira Santos Barros*
(UESB)

Maria Inês Meira Santos Brito**
(UESB)

RESUMO

Não se contesta o fato da estreita relação entre “Política Pública” e “EJA” em nosso país. Ambas sempre associadas às questões assistencialistas, populistas e compensatórias, havendo sempre um descompasso entre a teoria e a realidade. A visão educacional sob a ótica economicista do ensino constitui-se uma das principais e mais ferozes formas de desqualificação do processo educativo escolar, que evidencia quando analisada junto à economia global que exige uma sociedade baseada no mundo das informações, indicando claramente que o principal recurso de crescimento individual e social é o domínio de conhecimentos. Nessa perspectiva, percebe-se que a EJA ainda vem sendo concebida como um instrumento de transmissão e reprodução de valores, onde debater, questionar, refletir, historicizar, são ações que ameaçam estruturas consolidadas em práticas mecânicas e autoritárias, daí não haver de fato uma preocupação com a alfabetização de adolescentes, jovens e adultos em nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. EJA na Bahia. Globalização.

INTRODUÇÃO

[...] para aqueles que buscam a compreensão da realidade numa perspectiva dialético histórica, a crise teórica, que é efetiva e profunda, não é outra coisa senão o reflexo, no plano do pensamento, da abstração, da crise da sociedade

* Mestre em Educação pela UNIT/SE, Professora da UNEB/BA, Consultora Educacional, Membro do GPGFOP/UNIT/CNPq - Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor) e Museu Pedagógico: A educação escolar (UESB) E-mail: caumeira6@hotmail.com;

** Maria Inês Meira Santos Brito - Licenciada em Geografia - UESB; Mestra em Desenvolvimento Sustentável - UnB; Consultora de Educação Ambiental - DIREC 20 - Vitória da Conquista; E-mail: ines2606@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

(Frigotto e Ciavatta, 2001).

Não se contesta o fato da emergência de se lançar novos olhares para a EJA (Educação de Jovens e Adultos) ofertando uma política de educação que possa consolidar o acesso e a permanência de jovens, adultos e também idosos em projetos de escolarização inicial e continuada, cúmplice da emancipação e de uma vida cidadã.

Conforme Rodrigues (2005) à EJA na contemporaneidade enfrenta reivindicações que mobilizaram as políticas educacionais no sentido de articular os processos de reconhecimento cultural com os movimentos por redistribuição socioeconômica. Essa articulação se faz necessária porque na escola pública se combina, de maneira drástica, as manifestações de dominação, desrespeito e indiferença ao aprimoramento de recursos materiais, humanos e financeiros adequados para a democratização e elevação da qualidade do ensino.

É sabido que a história da EJA no Brasil é marcada pela relação de domínio e humilhação historicamente estabelecida entre a elite e as classes populares. De acordo com Cury (1999) a concepção que nasce da relação entre conquistador e conquistado perdura até os dias atuais em muitos documentos oficiais, que parecem tratar a EJA como um favor e não como o pagamento de uma dívida social e a institucionalização de um direito. O que segundo Paiva (2006), com relação ao direito instituído:

[...] é, inelutavelmente, a condição democrática, valor assumido pelas sociedades contemporâneas em processos históricos de luta e conquista da igualdade entre os seres humanos. No campo da educação, o direito e o exercício democrático têm sido permanentes temas em disputa. Especificamente na educação de jovens e adultos, a história não só registra os movimentos de negação e de exclusão que atingem esses sujeitos, mas se produzem a partir de um direito conspurcado muito antes, durante a infância, negada como tempo escolar e como tempo de ser criança a milhões



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

de brasileiros. (PAIVA, 2006, p. 57).

De acordo com Freire (2003):

Uma proposta educativa baseada na realidade cultural do sujeito é essencialmente problematizadora, mediada pelo diálogo entre seus atores. A essência da palavra é a ação fomentada pela reflexão. [...] A denúncia do mundo feito pela palavra deve estar pautada no compromisso da transformação social. [...] Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. [...] A palavra é um direito de todos, assim todos estão comprometidos a mudar o mundo. É necessário oportunizar a expressão das vozes aos que foram e estão calados, e o diálogo é a forma concreta de realizar o encontro dos homens. É preciso cada um se ver como sujeito, sendo autor e ator da história. (FREIRE, 2003 p 26- 27).

Neste sentido, constata-se um paradoxo entre a progressiva afirmação dos direitos educativos das pessoas jovens e adultas na legislação nacional, e a marginalização da modalidade na agenda da reforma educacional, condicionada pelo esforço de contenção do gasto público em políticas sociais impostas pelo ajuste macroeconômico realizado sob orientação neoliberal.

A redefinição do papel do Estado, inerente ao contexto e aos processos de globalização e transnacionalização do capitalismo configura a necessidade de ressignificação da cidadania em sociedades cada vez mais multiculturais as quais os sistemas educativos, as escolas e as práticas pedagógicas não podem ignorar. No entanto, o predomínio de uma concepção produtivista nas atuais políticas educacionais, difundida por organismos internacionais, como o Banco Mundial, confere à EJA um papel secundário nas reformas educacionais.

Nessa perspectiva, percebe-se que a EJA ainda vem sendo concebida como um instrumento de transmissão e reprodução de valores, onde debater, questionar, refletir, historicizar são ações que ameaçam estruturas consolidadas em práticas mecânicas e autoritárias, daí não haver de fato uma preocupação com o



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

analfabetismo de adolescentes, jovens e adultos em nosso país.

Os dados mais recentes sobre a EJA no Brasil é da PNAD/2010 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), os quais revelam que mais de 12% do total de analfabetos do Brasil (14,1 milhões) estão na Bahia: 1,8 milhões de baianos com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever, o que corresponde a 16,7% da população do Estado nesta faixa etária. São 7.607.848 habitantes maiores de 15 anos, ou 40,8% de analfabetos funcionais.

Sendo a Bahia o maior Estado da região nordeste, em extensão territorial e contingente populacional, verifica-se que os desafios em promover uma alfabetização inicial e continuada torna-se um grande desafio a ser encarado seriamente pelo poder público estadual e municipal através de políticas públicas que sejam formuladas para atender não somente a Alfabetização, mas que assegurem a continuidade do ensino a esses alunos.

Os dados do IBGE/2010 apontam a Bahia como o Estado que mais reduziu o analfabetismo nos últimos anos. Segundo a pesquisa, divulgada em setembro/2010, entre as pessoas a partir de 15 anos de idade o analfabetismo foi reduzido em 26,8% no período de 2001 a 2009. No entanto sabe-se que a aprendizagem que se efetiva através dos Programas Governamentais de EJA não são suficientes para tornarem os alunos alfabetizados.

A predominância dos programas de governo que atendem a EJA ainda assemelhados às campanhas de alfabetização do passado, com curta duração do módulo de ensino e aprendizagem, ausência de instrumentos de acompanhamento e avaliação, improvisação de alfabetizadores com nenhuma ou escassa formação pedagógica, falta de mecanismos que assegurem aos alfabetizandos a continuidade de estudos e consolidação das aprendizagens, são indícios que os pressupostos fundamentais para a seguridade de vislumbrar um país sem analfabetos, ainda está muito longe de acontecer. (DI PIERRO, 2010).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Segundo Romão (2002), a EJA incorpora progressivamente as categorias e ideais da educação permanente, como educação continuada que supera a distorção série/idade. Apresenta, portanto, perspectivas de autorrealização pessoal e coletiva, de novas dimensões profissionais, de domínio das novas tecnologias e de saberes contemporâneo.

De acordo com a "Teoria do Capital Humano", conforme Frigotto (1993), a escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho. Em outras palavras, o incremento da produtividade – decorrente do aumento da capacitação – levaria o indivíduo também a se beneficiar pelo aumento dos seus salários. No entanto, conforme esse autor, o sistema capitalista busca, cada vez mais, retirar do trabalhador o controle do seu processo de trabalho. A visão tecnicista da educação responde exatamente à ótica economicista do ensino, constituindo-se numa das principais e mais ferozes formas de desqualificação do processo educativo escolar, que fica evidente quando analisada a economia global, que exige uma sociedade baseada no mundo das informações, indicando claramente que o principal recurso de crescimento individual e social é o domínio de conhecimentos.

Para Frigotto (1993), a necessidade de um trabalhador com conhecimento do processo de trabalho que não se limite a repetir fórmulas, técnicas, mas que tenha condições de analisar, interpretar, resolver situações através de uma inserção mais participativa, torna-se premente no contexto de acirramento da competição no mercado global, diante da conjuntura atual.

Essa visão produtivista, objetivada na “teoria do capital humano”, desencadeou uma nova função econômica atribuída à escolaridade, na qual “prevalece à busca pela produtividade guiada pelo princípio de racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio” (FRIGOTTO, 1993).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Dessa forma, de acordo com Frigotto (1993) surge a preocupação na preparação para a cidadania participativa, e a criticidade do indivíduo enquanto sujeito histórico, levando a busca constante para que a aprendizagem possa se processar de forma integrada entre sujeito-sociedade-educação, cumprindo com as exigências desse mundo globalizado e complexo.

Pensar que a educação seja concebida como prática social emancipatória, na medida em que forma homens para serem cidadãos, exercerem seus direitos e deveres, em uma sociedade dita democrática como a atual, implica o compromisso com a transformação inclusive na concepção e atuação de políticas públicas.

De acordo com Paro (1999) a educação é atualização histórica do homem, condição imprescindível, embora não suficiente, para que ele, pela apropriação do saber produzido historicamente, construa sua própria humanidade histórico-social. É através da educação, que o indivíduo se apropria dos instrumentos necessários para reestruturar a sociedade, visando ao bem estar pessoal e coletivo. Assim faz parte do processo educacional o desenvolvimento da cidadania, com vistas à conscientização e participação efetiva na construção de uma melhor qualidade de vida, que perpassa pela democratização da sociedade e o crescente domínio da tecnologia.

Assim, as condições de trabalho e a formação inicial e continuada de educadores para atuarem na EJA emergem como prementes diante do compromisso ético-profissional do docente, na tentativa de possibilitar aos educandos uma educação de qualidade na perspectiva da formação de sujeitos responsáveis pela sociedade em que vivem o que vem a requerer dos nossos governantes uma política pública de EJA, séria, efetiva e continuada.

Referendando-se em documentos da época, da literatura atual e clássica, e em pesquisa empírica, o estudo busca analisar a EJA na Bahia focada a partir da década de 1980 aos dias atuais, suas limitações e avanços quanto a políticas públicas e os reais resultados aferidos quando comparados os dados estatísticos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

oficiais com as pesquisas empíricas.

Salienta-se que como processo permanente, este artigo, traduz um conjunto de reflexões de quem percorre um caminho de estudo teórico e empírico, que ultrapassa os conhecimentos já disponíveis para, crítica e criativamente, ampliá-los com intuito de promover reflexão sobre o tema.

O acúmulo de conhecimentos na área aponta para a necessidade de que a EJA esteja pautada na valorização dos saberes adquiridos pelo educando em suas diversas experiências, e seja repensada como uma preparação na vida, frente às demandas sociais atuais como: segurança do emprego e aptidão para o trabalho, bem como uma política de formação docente que se desvincule do caráter de “campanha” ao qual a EJA sempre esteve vinculado no Brasil.

De acordo com Cunha (1999), a década de 1980 foi marcada pela difusão das pesquisas sobre língua escrita com reflexos positivos na alfabetização de adultos. Em 1988, foi promulgada a Constituição, que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos.

Nesse aspecto a proposta do Governo da Bahia para essa modalidade de ensino, pela primeira vez marca uma inversão na ordem de prioridades com as ações desenvolvidas sob a coordenação do Departamento de Educação Continuada da Secretaria Estadual de Educação Básica, atribuindo-se a Alfabetização de Jovens e Adultos uma posição de destaque. Conforme os documentos da Secretaria Estadual de Educação da Bahia constam que nessa nova perspectiva de governo:

[...] a questão central é construir uma política de educação de jovens e adultos que contemple a formação do cidadão, possuidor de direitos e deveres, e a preparação do trabalhador, produtor e consumidor, ou seja, que discuta a relação entre educação e trabalho, a partir da concepção de cidadania, numa perspectiva histórica - crítica de compreensão da realidade. (SEC/BAHIA, 1987 p 03)

No governo Waldir Pires (1987-1989) uma das suas primeiras iniciativas foi



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

a implantação dos Núcleos de Educação de Adultos (NEA), que tinha o objetivo de proporcionar ao jovem e adulto uma educação básica voltada para a formação do trabalhador e do cidadão, capaz de participar de forma consciente, crítica e responsável do processo de transformação da sociedade. (SEC/BAHIA, 1987)

Em 1988 teve início o processo de discussão e elaboração das propostas para a EJA, com encaminhamentos ao Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE/BA) para apreciação e aprovação. Segundo documento governamental (SEC/BAHIA, 1987), essas propostas envolveram quatro projetos: Escola Popular Noturna (EPN), Ensino Individualizado (EI), Sábado e Domingo na Escola (SDE) e Exames de Educação Geral (EEG).

Além desses quatro projetos de ensino para EJA, foi implantado no mesmo governo o Programa de Alfabetização de Adultos no Estado, que tinha o propósito de combater o analfabetismo que colocava a Bahia em primeiro lugar em número de analfabetos no país, (SEC/BAHIA, 1987). Para Sales (2008) a meta principal do Programa era alfabetizar 1.400.000 jovens e adultos a fim de lhes proporcionar a continuidade do processo educativo visando estimular a mobilização e organização social, tendo como consequência o aumento da capacidade reivindicatória do povo. O programa vigorou na prática por pouco mais de um ano.

No contexto de surgimento dos Fóruns Estaduais no país para se refletir sobre a EJA, de acordo com Sales (2008), o Governo Estadual da Bahia implantou a Gerência de Educação Básica de Jovens e Adultos (GEBAD) que elaborou uma proposta curricular para EJA com base na Lei 5692/1971, intitulada de Curso de Suplência de Educação Básica, aprovada pela Resolução CEE/BA nº 0321992, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 27 de agosto de 1992.

Segundo análise, a proposta curricular para EJA (SEC/BAHIA, 1992) possuía caráter supletivo (Suplência I- 1ª a 4ª série, realizada em três estágios; e Suplência II- 5ª a 8ª série, realizada em dois estágios). Cada estágio tinha a duração de um ano letivo, conforme calendário apresentado pela SEC/BA (1992). A GEBAD,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

desenvolveu em 1996 o PROLEIGOS (Programa de Aperfeiçoamento de Professores Leigos) sendo um dos mais destacados focos de intervenção do governo, voltado para habilitar professores não titulados de 1ª a 4ª série das redes municipais. (SEC/BA, 1998)

Entre as iniciativas para a expansão do acesso e combate ao analfabetismo na população de 15 anos e mais, o Projeto AJA Bahia logrou o atendimento de 535.702 alunos entre 1996 e 1998, reforçado pelos cursos de Aceleração I e II (ensino fundamental) e Aceleração III (ensino médio) para jovens e adultos, atendendo a 504.677 alunos no período. Inicialmente, esses cursos tinham como alvo alunos com defasagem idade/série, mas posteriormente foram estendidos a todas as classes do ensino noturno.

Ainda em 1996, o programa de Suplência I e II foi ampliado para o Ensino Médio e implantado em nove escolas do Estado. Em 2000, com a denominação de Aceleração III o programa passou a atender 148 escolas, beneficiando 31.133 alunos e 1.363 professores.

A partir de 2001 na Bahia foram mantidos os Projetos de Aceleração I, II, e III, e somente em 2005, tais projetos sofreram mudanças na denominação, passando a chamar: EJA I, EJA II e EJA III. Os programas citados foram implantados em todas as Diretorias Regionais de Ensino do Estado (DIRECs).

De acordo com Paiva (2005) apesar do esforço organizativo dos últimos anos, para cumprir o que está posto como direito constitucional — ensino fundamental para todos independente da idade — muito ainda falta fazer para oferecer essa modalidade de Educação Básica a todos os possíveis demandatários — jovens de 15 anos ou mais e adultos, todos inegavelmente excluídos do direito à educação quando crianças, assim como de outros direitos, pela multiplicidade de fatores sociais e econômicos que afetam a população no país, gerando pobreza e miséria e determinando, em larga escala, ausência de cidadania.

A extinção da Fundação Educar em 1990, levou a responsabilidade pelo



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

custeio e provisão da alfabetização de jovens e adultos recaí sobre os municípios, tendo por base o argumento de que a EJA oferece uma relação custo-benefício menos favorável que a educação primária de crianças. Assim prevaleceu na reforma educacional brasileira dessa década a orientação de focalização dos recursos públicos no ensino fundamental de crianças e adolescentes, visto como estratégia de prevenção do analfabetismo. (DI PIERRO, 2010)

A insuficiência das políticas públicas voltadas para a Educação Básica acarretou ainda mais o crescimento da demanda de jovens e adultos defasados na relação idade/série, para esse nível da educação brasileira, o que está a requerer uma política de educação contínua e não marginalizada, que ao longo da história da educação no Brasil vem sendo realizada sob a égide de contenção dos gastos públicos.

Quando em 1996, a Presidência da República veta o cômputo das matrículas no ensino fundamental de jovens e adultos, pelo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), os Estados e Municípios são desestimulados a ampliar a oferta de EJA. Recorrendo a prerrogativa de veto do Presidente da República, o Governo anulou um inciso da Lei 9424/96 aprovada pelo Congresso, regulamentando o Fundo, e que permitia computar as matrículas no Ensino Fundamental presencial de jovens e adultos nos cálculos do Fundef. O veto desestimulou Estado e Municípios a investirem na educação de jovens e adultos. (DI PIERRO E GRACIANO, 2003).

Dessa forma, essa modalidade de ensino passa a ter as matrículas falseadas nas estatísticas, declaradas no censo escolar, como ensino regular em classes de aceleração, modalidade esta passível de captação de recursos dos fundos ou ainda do estabelecimento de parcerias com organizações sociais, e posteriormente com as campanhas de alfabetização da União.

Em 1998, como consequência da LDBEN nº 9394/1996 a GEBAD reorganizou o programa de Suplência de Educação Básica substituindo-o mediante



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Portaria nº 066/1998/SEC/BA, pelo Programa de Aceleração I e II. Para Sales (2008) o que motivou a mudança do nome do Programa de Suplência para Programa de Aceleração foi à necessidade de incluir os alunos da EJA na contagem dos recursos a serem recebidos pelo FUNDEF.

Paiva (2005) salienta que, enquanto os Programas de Aceleração implantados por diferentes Estados e Municípios, estavam voltados para a escolarização de crianças e adolescentes, no Estado da Bahia o Programa de Aceleração de Aprendizagem foi implantado como política de EJA em substituição ao Programa de Suplência de Educação Básica.

Nos anos de 2007/2009 a Bahia é reconhecida como o Estado do Nordeste que mais reduziu o analfabetismo, sendo o quinto Estado com maior percentual de pessoas nessas condições, estando em melhor condição que Alagoas, Piauí, Maranhão e Paraíba. A redução do número de analfabetos na Bahia entre 2007 e 2009 foi de 8,7%, contra -3,8% no país e -6,2% na região nordestina, conforme dados do IBGE/2010.

Os dados do IBGE/2010 apontam a Bahia como o Estado que mais reduziu o analfabetismo nos últimos anos em todo o país. Segundo a pesquisa, divulgada em setembro/2010, entre as pessoas a partir de 15 anos de idade o analfabetismo foi reduzido em 26,8% no período de 2001 a 2009.

De acordo a Secretária Estadual de Educação da Bahia (SEC/BA/2010), o Programa TOPA (Todos pela Alfabetização) é responsável pela alfabetização de mais de 500 mil pessoas em todo Estado. O Programa foi implantado em 2007 como iniciativa da SEC/BA (Secretaria de Educação e Cultura da Bahia) em parceria com o MEC (Ministério da Educação e Cultura), através do Programa de Alfabetização do Governo Federal – Brasil Alfabetizado. Estabeleceu-se a parceria com as quatro universidades estaduais - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UFSC) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e algumas Universidades



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

particulares como Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR) Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Faculdade Maria Milza (FAMAM) e com as prefeituras dos municípios beneficiados, ONGs (Organizações não Governamentais), Sindicatos, Associações de Moradores, etc., tendo como objetivo atender a jovens, a partir de 15 anos de idade, adultos e idosos/as que não tiveram acesso à escolaridade, oferecendo condições objetivas para sua inclusão social.

Conforme a SEC/BA em 2010, o TOPA atuou em 407 municípios baianos e demonstra resultados estatísticos animadores no Estado da Bahia, no entanto, esta realidade está longe de ser efetivada na prática. No restante do país a situação, pelos dados estatísticos, ainda são bem piores, a redução é de 0,3 pontos percentual na taxa de analfabetos com mais de 15 anos – de 10% em 2008 para 9,7% em 2009 –, segundo dados da PNAD/ 2010 (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios), divulgados pelo IBGE /2010. Dados insuficientes para cumprir a projeção acordada pelo Brasil em 2000, na Conferência Mundial de Educação, em Dakar. Sobre a importância da EJA, Lopes e Sousa (2007) corroboram enfatizando que:

A EJA é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever sua história [...]. Para tanto, sabe-se que a arte de educar não se restringe em reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. Ser professor de EJA, especialmente, significa compreender melhor o aluno e sua realidade diária. É acreditar nas possibilidades do ser humano, enquanto ser capaz de aprender constantemente buscando seu crescimento pessoal e profissional (LOPES E SOUSA, 2007, p.02)

Como enfatiza Lopes e Souza (2007) a EJA, é sim capaz de permitir uma mudança significativa na vida de uma pessoa, mas apesar de toda estatística, há muito a ser feito, pois sabe-se das grande "amarras" que perduram nos projetos e programas de alfabetização de adultos na Bahia e em todo o Brasil. Aspectos polêmicos, tais como a semelhança com as campanhas de alfabetização do passado,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

(onde o analfabetismo era tido como doença, uma chaga a ser extinta), a curta duração dos módulos de ensino e aprendizagem (atualmente oito meses para alfabetizandos e 60 horas/aula de formação para os professores/alfabetizadores), improvisação de alfabetizadores com nenhuma ou escassa formação pedagógica, falta de infraestrutura, a não preocupação com a continuidade de estudos e consolidação das aprendizagens a esses jovens e adultos, são fatores que nos faz refletir sobre a real situação de alfabetização desses sujeitos. Daí se torna relevante considerar as políticas públicas e sua responsabilidade com a formação inicial e continuada dos educadores e educandos de jovens e adultos, levando-se em conta a realidade em que se insere a turma de EJA, suas singularidades enquanto sujeitos que possui uma história de vida, aprende e reconstrói seus saberes na experiência cotidiana.

Sendo a educação, de acordo a Freire (2003) um dos fatores primordiais para elevação da qualidade de vida do cidadão e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da sociedade, a situação necessita de ações significativas, entendida esta, como amplo e contínuo processo de socialização da cultura historicamente acumulada e o desenvolvimento do potencial do ser humano que por essa via humaniza-se e capacita-se para o exercício da cidadania.

CONCLUSÕES

A crise por que passa a educação no século XXI, especificamente a escola, é reflexo da sociedade em que está inserida; é a crise da saturação do modelo capitalista que não atende mais as expectativa da contemporaneidade. A escola encontra-se desvalorizada, desacreditada, por não conseguir mais atender às necessidades sociais. As vertiginosas mudanças representadas pela transnacionalização das informações e a necessidade de novos conhecimentos, têm levado ao repensar dos objetivos da educação escolar, sobretudo da EJA.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

É exigência da contemporaneidade a formação de um sujeito pensante, proativo, crítico, reflexivo, autônomo, responsável, criativo, sujeito do conhecimento e da própria vida. Um sujeito que se saiba inacabado e em constante desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento das ciências e as novas percepções convidam a repensar a maneira de ser e agir diante do que se apresenta e representa aos educadores, inclusive seu papel e função dentro deste contexto.

Os impactos advindos dos avanços tecnológicos requerem que a sociedade esteja preparada para incorporar de modo adequado os instrumentos desse avanço. Isso significa aprender a utilizá-los para melhorar a qualidade de vida. Uma proposta de um novo olhar sobre o desenvolvimento inserindo a escola nesse processo de mudança e o trabalho como um princípio educativo da formação humana. Vale ressaltar, que muito se tem a fazer para que a EJA venha a ser devidamente valorizada enquanto política pública em prol da dignidade e valor dos educadores e educandos. Neste sentido, se faz necessário que a população reconheça o valor da EJA a ponto de injetar novo ânimo aos educadores identificados com a cidadania e com os direitos humanos e que possam cobrar dos governos o devido empenho para com um direito que deve conjugar a igualdade jurídica com a igualdade substantiva. Decorre daí, a impulsão para modelos de gestão mais transparentes e abertos, a busca de novos recursos e um planejamento estratégico que consubstancie uma vontade política adequada ao valor proclamado da educação para todos.

Sendo a aprendizagem um processo inerente ao homem, é direito de todos continuarem aprendendo na perspectiva de autorrealização pessoal e coletiva, de assunção de novas dimensões profissionais, de domínio das novas tecnologias e de saberes contemporâneo. Assim, faz-se necessário que o Estado lance novos olhares para essa modalidade de ensino ofertando uma política pública de educação que possa consolidar o acesso e a permanência de jovens, adultos e também idosos em projetos de escolarização inicial e continuada, cúmplice da emancipação e de uma



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

vida cidadã.

Esse é talvez um dos grandes desafios da EJA para o século XXI: a ampliação de concepção e da busca/construção de novos horizontes de intervenção. Uma educação de jovens e adultos que se constitua em uma forma de conquista da cidadania, exige inevitavelmente professores e também alunos, que tenham seus direitos resguardados e levados a sério a fim de que possam cumprir com excelência seus deveres, como intelectuais, sujeitos da história, agentes de transformação social que são.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Secretaria de Planejamento, **Ciência e Tecnologia**. Bahia em Números 2000. Salvador, Bahia: SEI 2000.
- _____. Secretaria Estadual de Educação. **Programa de Alfabetização de Adultos no Estado da Bahia**, Salvador, BA. 1987.
- _____. **Programa de Alfabetização de Adultos no Estado da Bahia. Diretrizes e procedimentos para implantação nos municípios**. Salvador, Bahia, 1996.
- _____. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Curso de Suplência de Educação Básica. 1º Grau**. Salvador, Bahia, 1992.
- _____. **Proposta para o Rendimento da Educação de Jovens e Adultos no Estado da Bahia**: Gov. Waldir Pires. Salvador, Bahia, s/d.
- _____. **Ensino Fundamental Aceleração I e II**. Gerência de Educação Básica de Jovens e Adultos. Salvador, Bahia, 1998.
- _____. Disponível em: <<<http://WWW.sei.ba.gov.br/sei/aliment.wsp>>> Acesso em abril de 2011.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBN 9394, Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>.
- _____. Presidência da República. **Constituição**. Brasília, 1988.
- _____. Presidência da República. **PL nº 8035/2010**. Aprova o Plano Nacional de educação 2011 a 2020 e dá outras providências. Brasília. 2010.
- CIAVATTA, M. O **conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M. (orgs.). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. 2ª ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2001.
- CUNHA, Conceição Maria da, **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

CURY, C. R. Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica.** Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.

_____. **Direito à diferença: um reconhecimento legal.** Educação em Revista, n.30, 1999.

DI PIERRO Maria Clara e Mariângela Graciano, in **A educação de jovens e adultos no Brasil: Informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina y Caribe,** Ação Educativa, SP, 2003.

_____. Maria Clara. **Coleção Didática e Prática de Ensino: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

FÓRUNS DE EJA. **História e Memória Fórum EJA Bahia.** IV - Histórico do Fórum EJA Bahia: um passo na luta pela educação. Salvador: Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos - Fóruns de EJA. Versão para impressão 2008. Disponível em <<http://forumeja.org.br/ba/?q=search/node/ba/hist%C3%B3rico+do+f%C3%B3rum>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e terra, 2003.

IBGE, **Indicadores 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

IBGE, INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil.** Brasília, 2003.

_____. **Indicadores 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2011.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação,** nº 9.394/96.

PAIVA, Vanilda P. **A escola brasileira no início do século XXI: lições da história.** IN: LOMBARDI, José C., SAVIANI, Dermeval, NASCIMENTO, Maria I. M. (orgs.) **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas: Autores Associados, 2005.

PARO, Vitor. **Cidadania, democracia e educação.** In: CONGRESSO NACIONAL DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR, 1., 1999, Blumenau. Anais... Prefeitura Municipal de Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 1999. p. 21-22.

RODRIGUES, J. **Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 259-282, set. 2005.

ROMÃO, José Eustáquio. **Educação Profissional no século XXI** In: Boletim Técnico do SENAC. RJ, v.28, n.3, set/dez, 2002.

SALES, Sheila Cristina Furtado. **Educação de Jovens e Adultos no interior da Bahia: Programa REAJA.** Dissertação de Mestrado. São Carlos. 2008.

SEC/BAHIA SEC. Serviço de Administração Geral da Secretaria da Educação



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

(SAG). Relatório de Gestão 1995-1998. Salvador: SEC/SAG, 1998.

_____. **Dados do TOPA 2010.** Disponível em:
<<http://www.educacao.ba.gov.br/Acesso> em 06/02/2011>.

_____. **Departamento de Educação Continuada da Secretaria Estadual de Educação Básica**, 1987. Disponível em: <<http://www.educacao.ba.gov.br/Acesso> em 06/02/2010>. Acesso em: 20 fev. 2011.